

**DISCURSOS INSTITUCIONAIS SOBRE O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO:
UMA ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES DO MESTRADO PROFISSIONAL DA ESCOLA
NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS (ENFAM)**

Linara Oeiras Assunção¹

Julia Maurmann Ximenes²

Resumo: A pesquisa analisa a produção científica do Mestrado Profissional da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), no período de 2022 a 2024, sob a lente do institucionalismo discursivo. O objetivo geral é compreender quais ideias sobre o Poder Judiciário emergem das dissertações e como essas pesquisas constroem sentidos sobre sua identidade institucional. A abordagem é qualitativa, com viés empírico e documental, baseada no levantamento de 79 dissertações disponíveis no repositório da ENFAM e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A análise de conteúdo contou com a lente teórica do Institucionalismo Discursivo (Schmidt, 2008; 2010) e dialogou com aportes da Sociologia e da Ciência Política. Conclui que as dissertações constituem arenas discursivas que participam da reinvenção institucional do Poder Judiciário brasileiro.

Palavras-chave: Poder Judiciário. Mestrado Profissional. ENFAM. Dissertações. Institucionalismo Discursivo.

1 INTRODUÇÃO

O Poder Judiciário brasileiro ocupa posição central na mediação de conflitos sociais, na garantia de direitos e na produção de sentidos normativos que estruturam a vida pública e privada. Nas últimas décadas, observa-se seu fortalecimento não apenas como órgão de controle, mas como ator relevante na formulação de políticas públicas e na configuração de agendas institucionais (Alves da Silva; Arena Filho, 2020). Nesse cenário, ganha relevância compreender como os magistrados constroem discursos sobre o papel, os limites e as funções do Judiciário.

¹ Doutora em Direito e Justiça pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - (2017). Estágio Pós-Doutoral em andamento, em Ciência Política, no Doutorado Profissional em Políticas Públicas da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP-DF) (2025). Professora Adjunta IV do Curso de Direito, do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado Acadêmico) (PPGD) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras (Mestrado e Doutorado Profissional) (PPGEF) na UNIFAP. Líder do Grupo de Pesquisa "Caleidoscópio Tucuju do Direito" (CNPq/UNIFAP). E-mail: linara@unifap.br

² Doutora em Sociologia Política pela Universidade de Brasília (2007). Pós-doutora pela Universidade da Califórnia (Davis, 2014) e pesquisadora (consultora individual) em editais do PNUD e da Unesco na área da judicialização das políticas públicas. Professora do corpo permanente do Mestrado e do Doutorado Profissional em Políticas Públicas da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Líder do grupo de pesquisa cadastrado no CNPq "Campo Jurídico, regulação e políticas públicas" na ENAP. E-mail: juliamximenes@gmail.com

As dissertações do Mestrado Profissional da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) constituem material empírico privilegiado para essa análise. Elas representam o pensamento de atores internos ao sistema de justiça e funcionam como espaços discursivos de legitimação simbólica e política (Bourdieu, 1989; 1996). Assim, o estudo busca responder: O que a produção científica da ENFAM revela sobre o Poder Judiciário brasileiro? Quais ideias sobre o Judiciário se manifestam nas dissertações?

A pesquisa tem natureza qualitativa e empírica, baseada em análise documental de 79 dissertações defendidas entre 2022 e 2024, disponíveis no repositório da ENFAM e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. O referencial teórico adota o institucionalismo discursivo (Schmidt, 2008; 2010), associado à Sociologia do Direito (Gomes, 2018) e às noções de campo e poder simbólico de Bourdieu (1989; 1996). O objetivo é interpretar como as ideias expressas nas dissertações revelam disputas e consensos sobre o papel do Judiciário na sociedade contemporânea.

2 O MESTRADO PROFISSIONAL DA ENFAM: CONTEXTO E DESAFIOS DA PESQUISA JURÍDICA APLICADA

Os mestrados e doutorados profissionais em Direito têm se consolidado no Brasil como uma alternativa acadêmica voltada à intersecção entre teoria e prática (Sbizer, 2025). Diferentemente dos mestrados acadêmicos, os mestrados profissionais permitem a elaboração de produtos técnicos e soluções aplicáveis, aproximando a pesquisa jurídica da realidade social (Pinto Junior, 2018; Fabiani; Tormin, 2023).

Criado em 2020, o Mestrado Profissional da ENFAM, reconhecido pela CAPES, tem como foco a gestão judiciária, o tratamento adequado de conflitos e a inovação institucional (ENFAM, 2025a). Suas linhas de pesquisa visam desenvolver competências necessárias ao exercício da magistratura frente aos desafios contemporâneos: tecnologia, transnacionalização dos direitos e democratização da justiça (ENFAM, 2025b).

Contudo, a modalidade enfrenta o desafio de equilibrar rigor metodológico e aplicabilidade prática, evitando que o mestrado profissional se torne apenas uma “versão burocraticamente diferente” do mestrado acadêmico (Sbizer, 2025, p. 19). Para Pinto Junior

(2018), a identidade do mestrado profissional deve ser construída em torno de quatro dimensões: apreensão da realidade, reflexão hermenêutica, análise crítica e recomendações práticas.

O perfil dos discentes, magistrados, defensores, procuradores e promotores, confere ao programa uma característica singular: a de reunir agentes que, simultaneamente, produzem conhecimento e o aplicam na arena institucional, gerando impactos diretos sobre o sistema de justiça e o próprio campo jurídico (Bourdieu, 1989; 1996).

3 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA (2022–2024): TENDÊNCIAS E CATEGORIAS

O levantamento das 79 dissertações revelou três movimentos evolutivos. Em 2022, as pesquisas concentraram-se em temas de inovação tecnológica e gestão judicial; em 2023, ampliaram-se para a análise empírica de vulnerabilidades sociais, governança e gênero; e em 2024, consolidaram-se estudos voltados à efetividade, avaliação e direitos humanos.

A categorização temática resultou em 10 (dez) grupos principais: a) Governança Judicial, Gestão e Eficiência; b) Acesso à Justiça e Vulnerabilidades Sociais; c) Sistema de Justiça Penal e Precedentes; d) Gênero e Violência de Gênero; e) Inclusão e Justiça Intercultural; f) Estudos Comparados (Brasil e Angola); g) Tecnologia e Inovação; h) Tratamento Adequado de Conflitos; i) Justiça Restaurativa e Conflitos Estruturais; j) Sustentabilidade, Meio Ambiente e Agenda 2030.

A prevalência das categorias Governança Judicial e Tecnologia/Inovação demonstra a centralidade da busca por eficiência, *accountability* e modernização, enquanto os temas de diversidade, gênero e inclusão consolidam-se como novas agendas discursivas da magistratura. A Agenda 2030 e a Justiça Ambiental surgem de forma ainda incipiente, mas em ascensão (Santos *et al.*, 1996; Gomes, 2018).

4 O JUDICIÁRIO SOB O OLHAR DO INSTITUCIONALISMO DISCURSIVO

A análise das dissertações permite compreender o Judiciário sob 3 (três) eixos ideacionais, conforme Gomes (2018) e Santos *et al.* (1996): a) Judiciário como Poder do Estado; b) Judiciário como Sistema de Justiça; e c) Judiciário como Instituição Profissional.

Segundo Schmidt (2008; 2010), o institucionalismo discursivo entende que as instituições são arenas de disputa de ideias, nas quais o discurso desempenha papel central na legitimação e transformação das práticas. No caso da ENFAM, o discurso acadêmico dos(as) magistrados(as) traduz-se em ideias estratégicas que refletem tanto a busca de legitimidade institucional quanto de identidade profissional.

O poder simbólico da Escola, somado à legitimidade do discurso produzido em seu programa de pós-graduação, atua como vetor de isomorfismo institucional (Dimaggio; Powell, 1983), irradiando práticas, valores e linguagens que influenciam o campo judicial em todo o país.

5 CONCLUSÕES

A pesquisa evidencia que a produção científica da ENFAM cumpre um papel de formação discursiva e institucional, por meio da qual a magistratura reflete sobre si mesma e sobre sua função no Estado democrático. As dissertações operam como espaços de elaboração ideacional, em que as fronteiras entre teoria e prática se tornam porosas.

Em síntese: a) As ideias de governança, eficiência e inovação tecnológica configuram o núcleo duro do discurso institucional do Judiciário; b) As preocupações com gênero, diversidade, acesso à justiça e direitos humanos revelam uma abertura discursiva crescente; c) O Mestrado Profissional da ENFAM consolida-se como laboratório de legitimidade e reinvenção institucional, onde o discurso jurídico se entrelaça ao discurso político e simbólico.

REFERÊNCIAS

ALVES DA SILVA, P. E.; ARENA FILHO, P. R. Ser Juiz Ou Ser Gestor - Percepções e Práticas de Gestão Judiciária na Magistratura Estadual, Federal e do Trabalho no Estado de São Paulo. **Direito Público**, [S. l.], v. 17, n. 91, 2020. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3449> . Acesso em: 24 ago. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. *The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields*. **American Sociological Review**, v. 48, abril, pp. 147-160, 1983.

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS (ENFAM). Site. **Pós-Graduação. Mestrado Profissional. Área de concentração.** 2025a. Disponível em: <https://www.enfam.jus.br/pos-graduacao/mestrado-profissional/area-de-concentracao/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS (ENFAM). Site. **Pós-Graduação. Mestrado Profissional. Linhas de Atuação.** 2025b. Disponível em: <https://www.enfam.jus.br/pos-graduacao/mestrado-profissional/linhas-de-atuacao/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FABIANI, Emerson Ribeiro; TORMIN, Mateus Matos. Não fale do Elon Musk! A pesquisa jurídica no mestrado profissional. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 19, e2327, p. 1-27, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/revdireitogv/article/view/89835/84313>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GOMES, Conceição. A formação de magistrados como instrumento de transformação da justiça. **Revista Crítica de Ciências Sociais [online]**, Número especial, p. 237-259, 2018, colocado online no dia 05 novembro 2018, criado a 30 abril 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/7881>. Acesso em: 10 jun. 2025.

PINTO JUNIOR, Mario Engler. Pesquisa jurídica no mestrado profissional. **Revista Direito GV**, v. 14, n. 1, p. 27–48, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201802>. Acesso em: 01 jun. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João; FERREIRA, Pedro Lopes. **Os tribunais nas sociedades contemporâneas: o caso português.** Porto: Edições Afrontamento, 1996.

SBIZERA, José Alexandre Ricciardi. **As pesquisas nos mestrados profissionais em direito: ideias, produtos, métodos e limites.** Londrina, PR: Thoth, 2025.

SCHMIDT, Vivien A. *Discursive institutionalism: the explanatory power of ideas and discourse. The Annual Review of Political Science*, v. 11, 2008, p. 303-326. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228283584_Discursive_Institutionalism_The_Explanatory_Power_of_Ideas_and_Discourse. Acesso em: 07 out. 2024.

SCHMIDT, Vivien A. *Taking ideas and discourse seriously: explaining change through discursive institutionalism as the fourth “new institutionalism”.* **European Political Science Review**, 2:1, p. 1–25, 2010.